

HABEAS CORPUS Nº 549.218 - SP (2019/0359809-3)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : LUANA MARA BARBOSA DE CARVALHO
ADVOGADO : LUANA MARA BARBOSA DE CARVALHO - SP389256
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CHAIENE CONCEICAO DE SOUZA CAMPOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de CHAIENE CONCEIÇÃO DE SOUZA CAMPOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento da Apelação Criminal n. 0000419-44.2016.8.26.0621.

Extraí-se dos autos que a paciente foi absolvida da pelo juiz de primeiro grau. Irresignada, a acusação interpôs apelação perante o Tribunal de origem, o qual deu parcial provimento ao recurso, para condenar o corréu pela crime de associação para o tráfico, afastar a causa de diminuição no crime de tráfico de drogas, e condenar a ora paciente pelos crimes de tráfico de drogas, associação para o tráfico e posse ilegal de munições, às penas totais de 9 anos, 7 meses e 6 dias de reclusão e 2 anos de detenção, e pagamento de 1.460 dias-multa, fixando o regime inicial para o corréu e o regime semiaberto para a paciente. Foi determinada a expedição de mandado de prisão em desfavor da paciente.

Daí o presente *mandamus*, no qual a defesa sustenta flagrante ilegalidade.

Salienta que a Suprema Corte firmou novo entendimento no sentido de que a execução penal provisória, antes de findas as oportunidades para recurso, somente é cabível quando houver sido decretada a prisão preventiva, nos moldes do art. 312 do CPP, o que não é o caso da paciente.

Requer, em liminar e no mérito, a concessão da liberdade.

É o relatório.

Decido.

No caso, mesmo em juízo perfunctório, é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado, bem como a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum*

in mora, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

O Supremo Tribunal Federal reviu anterior posicionamento e rejeitou a possibilidade de imediato início do cumprimento provisório da pena após o exaurimento das instâncias ordinárias. Em que pese os recursos especial e extraordinário serem desprovidos de efeito suspensivo, a restrição da liberdade do réu antes do trânsito em julgado da condenação implica em violação ao princípio da não culpabilidade. O *decisum* foi assim resumido:

*Decisão: O Tribunal, por maioria, nos termos e limites dos votos proferidos, julgou procedente a ação para **assentar a constitucionalidade do art. 283 do Código de Processo Penal**, na redação dada pela Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011, vencidos o Ministro Edson Fachin, que julgava improcedente a ação, e os Ministros Alexandre de Moraes, Roberto Barroso, Luiz Fux e Cármen Lúcia, que a julgavam parcialmente procedente para dar interpretação conforme. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 07.11.2019.*

A Corte de origem, seguindo anterior entendimento da Suprema Corte, determinou a expedição de mandado de prisão. Vê-se que, ao tempo de sua análise, o Tribunal estadual proferiu decisão de acordo com o entendimento jurisprudencial vigente.

Contudo, com o posterior julgamento de mérito das ADCs 43, 44 e 54, em 7/11/2019, o Supremo Tribunal Federal ressaltou que a decisão não implica na soltura imediata de todos aqueles que foram custodiados após o julgamento em segunda instância, sem que tivesse ocorrido o trânsito em julgado da condenação. Restou consignado que a situação de cada encarcerado deveria ser analisada caso a caso, podendo ser mantida na hipótese de ter o acusado respondido preso à ação penal em razão da presença dos requisitos ensejadores da prisão cautelar, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

No presente, tem-se que a paciente estava em liberdade, pois absolvida em primeira instância, e assim permaneceu até a determinação de expedição de mandado de prisão pelo Tribunal estadual. Verifica-se, ainda, que a defesa interpôs recursos especial e extraordinário, ainda pendentes de juízo de admissibilidade. Desta forma, a condenação não transitou em julgado.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **defiro a liminar** apenas para assegurar à paciente o direito de aguardar em liberdade o julgamento definitivo da presente impetração ou o trânsito em julgado da condenação, o que ocorrer primeiro.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao Juízo de primeiro grau para adoção das medidas cabíveis. Na ocasião, solicitem-lhes as informações pertinentes.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator